

ARTIGO

A NECESSÁRIA DESCONSTRUÇÃO DA COLONIALIDADE NAS AMAZÔNIAS E NAS AMÉRICAS

Resumo

Como faces articuladas do longo processo de Conquista a que foram/são submetidos os povos indígenas nas Américas, “Colonização”, “Colonialismo” e “Colonialidade” são conceitos de uso corrente, muitas vezes empregados de maneiras impróprias. Desconstrução da colonialidade é o movimento necessário e urgente de desconstruir as múltiplas situações de colonialismo que ainda hoje submetem o viver de grande parte da população nas Amazôniaas e nas Américas. Desconstruir a colonialidade é reconhecer a efetividade dos povos indígenas e seus respectivos sistemas de produção de conhecimento não apenas como “resistências” à invasão-colonização dos mundos indígenas, mas também pelo aporte que podem trazer para o aprimoramento das relações interculturais desde que destituídas do ranço colonial que ainda hoje orienta as relações dos Estados e sociedades nacionais com os povos indígenas.

Palavras-chave:

Povos indígenas; colonialidades nas américas; faces do colonialismo; descolonialidade.

Abstract

As articulated faces of the long process of Conquest which were/ are submitted the indigenous folks on Americas, “Colonization”, “Colonialism” and “Coloniality” are concepts of current use that are many times used on inappropriate ways. The deconstruction of coloniality is the urgent and necessary movement of deconstructing the multiple situations of colonialism that even nowadays submit the lives of a huge part of the population in the Amazons and on the Americas. Deconstructing the coloniality is to recognize the effectivity of the indigenous peoples and their respective knowledge systems of productions not only as “resistances” to the invasion-colonization of the indigenous worlds, but also because of the contribution that can be brought to the enhancement of the intercultural relations since deprived of the colonial rancidity that even nowadays guides the States relations and national societies with the indigenous populations.

Keywords:

Indigenous peoples; colonialities in the americas; colonialism faces; decoloniality.

Introdução

Tomando como ponto central para a minha exposição o tema desta Mesa-Redonda “Sociedade, saberes e colonialidades nas Américas”, quero centrar a discussão no processo através do qual a sociedade ocidental moderna opera os saberes, o que corresponde dizer o processo colonial pelo qual a nossa sociedade, ocidental moderna eurocêntrica científica, produz e afirma aqueles saberes sobre si mesma e sobre outras sociedades, outros povos, como, pelo viés da Antropologia, prefiro expressar, no seu propósito de afirmação e reprodução do pensar ocidental, moderno, eurocêntrico e científico erigido como parâmetro e modelo do modo pensar e agir tomado como único, verdadeiro e universal¹.

Quero centrar a discussão sobre a dimensão político-epistemológica da produção, divulgação e afirmação de saberes, ou simplesmente epistemológica, uma vez que a “epistemologia” é em si mesmo, é antes de tudo, “política”.

Mais do que falar de “colonialidade”, “colonialismo” e “colonização”, processos associados, pretendo, aqui, falar da necessária desconstrução da colonialidade nas Amazônias e nas Américas, que tomo como título para esta minha exposição, ou “conversatório”, para utilizar um termo menos formal e descontraído, – que é dividida em cinco partes: 1 - Breve conceituação, 2 - Os muitos nomes da colonização, 3- As muitas faces do colonialismo, 4 - Colonização e colonialidade nas Amazônias e nas Américas e 5- Desconstruir a colonialidade.

Breve conceituação

Sendo um dos conceitos hoje em moda, “colonialidade” tem sido empregado em sentido um tanto “alargado”, e muitas vezes impreciso. Assim, falar em “desconstruir a colonialidade” exige antes falar em “colonialidade”. Portanto, faz-se conveniente pontuar, ainda que brevemente, alguns conceitos:

¹ Palestra proferida em 14 de novembro de 2014, na Mesa-Redonda “Sociedade, saberes e colonialidades nas Américas”, durante o II Seminário Internacional Sociedade e Fronteiras, 4º Encontro Norte da Sociedade Brasileira de Sociologia – 4SBSNORTE e II Semana de Humanidades: “Fronteiras contemporâneas: desenvolvimento, conflitos e sociabilidades nas Amazônia”, realizados em Boa Vista, Roraima, de 11 a 14 de novembro de 2014. Tanto a Palestra, como este texto são resumos de parte do Capítulo I da minha Tese de Doutorado, *Volta ao Começo: demarcação emancipatória de terras indígenas no Brasil*, defendida na Universidade de Coimbra em junho de 2013.

“Colonialidade”

Anibal Quijano (2005, p. 227) conceitua “colonialidade” como as relações de dominação pautadas no capitalismo moderno/colonial, relações que são mais duradouras que o próprio colonialismo.

“Colonialidade do poder”

Ainda segundo Anibal Quijano, “colonialidade de poder” deve ser entendida como a concentração hegemônica de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento, o que significa dizer, dos sistemas de produção de conhecimento (QUIJANO, 2005, p. 236).

Walter D. Mignolo (2005, p. 74) assinala que a “colonialidade do poder” é “o eixo que organizou e continua organizando a diferença colonial, a periferia como natureza”, como consequência do capitalismo e da modernidade, que aparecem como fenômenos europeus, e não planetário, do qual todo o mundo é partícipe, mas com distintas posições de poder.

“Colonialismo”

Para Boaventura de Sousa Santos (2009, p. 351) “colonialismo” pode ser entendido como “o conjunto de intercâmbios extremamente desiguais que estabelecem uma privação da humanidade em sua parte mais frágil como condição para sobreexplorá-la ou para excluí-la como descartável”.

“Colonização”

No contexto da discussão que aqui nos motiva, “colonização” talvez seja o conceito que é mais inapropriadamente empregado, e que deve ser entendido como o processo múltiplo, e articulado, de invasão, conquista, dominação, subordinação, subalternização, agressão, destruição, discriminação étnica, intolerância, epistemicídio, extermínio etc. a que são historicamente submetidos os povos indígenas nas Américas (OLIVEIRA NEVES, 2013, p. 127).

Assim, numa brevíssima síntese conceitual: Walter D. Mignolo (2005, p. 73) utiliza “o conceito de ‘colonialidade’, como o outro lado da modernidade”; um outro lado

a que o próprio Walter Mignolo sugere que nos perguntemos se não seria esse o “lado escuro” da modernidade; enquanto para Enrique Dussel (1993) a relação “colonialismo/imperialismo” é aquela que melhor expressa o verdadeiro sentido do processo colonial.

E para introduzir a discussão sobre os processos sempre associados da “Conquista”² vou, nesta parte da minha exposição, me permitir um falar que, talvez, venha a ser tomado mais como “literário” e “poético” (ao menos em forma!) do que propriamente “sociológico”.

Os muitos nomes da colonização

“Tudo isso que não tem nome chama-se já de tantas maneiras” (CORTÁZAR, 1972, p. 21). A colonização tem muitas faces, e muitos nomes, genocídio, extermínio, epistemicídio, violência, agressão, violação, invasão, destruição, escravidão, evangelização, aculturação, assimilação, integração, subordinação, subalternização, discriminação, dizimação, anulação da expressão cultural, desestruturação social, desestruturação política, desestruturação étnica, perda de identidade, perda de integridade, perda de território, sofrimento sem fim, preconceitos sempre renovados. São muitos os nomes da colonização, e, na Amazônia, ou nas Amazônias, assim como em toda a América Latina, todos “estes nomes” estão, ainda hoje, atuantes em toda a sua força e crueldade.

As muitas faces do colonialismo

“Achamos com eles grande número de livros dessas suas letras, e porque não tinham coisa em que não houvesse superstição e falsidades do Demônio, queimamos todos” (GALEANO, 2009, p. 124). Mesmo após a era dos grandes impérios coloniais, o colonialismo continuou, e continua, de outras muitas e diferentes formas. E essas formas são as formas da discriminação étnica, do racismo, do machismo, da intolerância religiosa, da depredação ambiental, da contaminação dos solos, da diminuição dos estoques mundiais de água potável, do elevado número de desempregados em todo o mundo, das restrições às políticas migratórias e de acolhimento em diversos países etc. etc. etc.

² Uma “Conquista” eufemisticamente chamada de “Descobrimento”, como assinala criticamente Enrique Dussel (1993).

Um colonialismo que está em toda a parte, com toda a força. Que mostra a sua cara visível através da homofobia *versus* um falso liberalismo sexual difundindo em *merchandising*; da persistência das guerras religiosas *versus* o respeito à liberdade de culto; do recrudescimento do ódio racial *versus* o reconhecimento do direito à autoidentificação e autodeterminação; da escassez de alimentos que provoca a desnutrição em todas as partes do mundo *versus* a alta produtividade do agronegócio global; da “catástrofe ecológica cada vez menos remota”³ *versus* a construção de oásis de prosperidade em áreas restritas do planeta; das “zonas selvagens das megacidades”,⁴ guetos de “campos de morte”⁵, em número cada vez mais crescente *versus* as cidades privadase condomínios fechados, “castelos neofeudais” que em número sempre crescente dividem a sociabilidade⁶; da aviltante concentração de renda *versus* os baixos índices de qualidade geral de vida; da exclusão a que está submetida a maioria da população mundial social *versus* a formação de pequenos paraísos de emancipação; da enorme concentração de autoridade decisória em um grupo reduzido de países centrais “do Norte” *versus* o enfraquecimento da soberania por parte dos países periféricos “do Sul”; da crescente concentração de poder (econômico, político, simbólico e de todos os tipos) em mãos de reduzidos grupos empresariais/financeiros *versus* a vertiginosa perda de poder por parte dos Estados e das populações submetidas ao capitalismo global.

Mesmo após a era dos grandes impérios coloniais, dos quais Portugal foi, não sem traumas, o último a abdicar, o colonialismo continuou. E o Brasil, qual filho pródigo, continua a sua triste faina colonial, impondo de muitas e diferentes formas a “colonialidade do poder” não apenas sobre os povos indígenas, mas principalmente

3 “[...] Não existirá alternativa para um mundo em que 500 dos indivíduos mais ricos detêm um rendimento semelhante ao rendimento somado dos 40 países mais pobres, com uma população de 416 milhões de pessoas (PNUD, 2005: 30) e onde a catástrofe ecológica é uma possibilidade cada vez menos remota? [...]” (SANTOS, 2008: 16).

4 “[...] Mais do que isso, existem milhões de Guantánamos nas discriminações sexuais e raciais quer na esfera pública, quer na privada, nas zonas selvagens das megacidades, nos guetos, nas *sweatshops*, nas prisões, nas novas formas de escravatura, no tráfico ilegal de órgãos humanos, no trabalho infantil e na exploração da prostituição. [...]” (SANTOS, 2007a: 10-11).

5 “[...] No sentido literal, estas são as linhas que definem as fronteiras como vedações e campos de morte, dividindo as cidades em zonas civilizadas (*gated communities*, em número sempre crescente) e zonas selvagens, e prisões entre locais de detenção legal e locais de destruição brutal e sem lei da vida. [...]” (SANTOS, 2007a: 15).

6 “[...] Para se defenderem, transformam-se em castelos neofeudais, os enclaves fortificados que caracterizam as novas formas de segregação urbana (cidades privadas, condomínios fechados, *gated communities*, como mencionei acima). A divisão entre zonas selvagens e zonas civilizadas está a transformar-se num critério geral de sociabilidade, um novo espaço-tempo hegemônico que atravessa todas as relações sociais, económicas, políticas e culturais e que, por isso, é comum à ação estatal e à ação não-estatal. [...]” (SANTOS, 2007a: 16).

sobre estes, que são, por excelência, o “outro” a ser colonizado, imagem distorcida de uma nação que se pensa moderna.

Na Amazônia e em todas as Américas, ainda hoje tratadas como províncias do mundo a serem conquistadas pela dita modernidade, todas as formas de colonialismo estão, em menor ou maior escala, presentes.

Colonização e colonialidade nas Américas e nas Américas

Os muitos nomes e as muitas faces do colonialismo são nuances do todo que se manifesta “sob formas infinitamente diferentes” (SANTOS, 2007a, p. 12) e que, portanto, devem ser vistas como expressões particulares de um mesmo processo de dominação imposta por estratégias e mecanismos, ora violentos, ora subtis, à todas as partes das Américas e à todos os povos desta parte do mundo.

Como observa Edgardo Lander: “O eurocentrismo e o colonialismo são como cebolas de múltiplas camadas. Em diferentes momentos históricos do pensamento social crítico latino-americano levantam-se algumas destas camadas. Posteriormente, sempre foi possível reconhecer aspectos e dimensões (novas camadas de ocultamento) que não tinham sido identificadas pelas críticas anteriores” (LANDER, 2005, p. 19).

João Arriscado Nunes, um grandíssimo cientista social do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, se calhar pouco conhecido da maior parte dos brasileiros, observa que “Colonialismo, neocolonialismo, pós-colonialismo são os nomes dados aos sucessivos momentos históricos em que essa relação de dominação foi forjada através de uma diversidade de meios e de processos” (NUNES, 1999, p. 70).

A “Colonização”, não foi/não é apenas a “ocupação de terras”, como por vezes é simploriamente pensada; foi/é a apropriação do universo simbólico e material dos povos colonizados, a subordinação do presente e futuro de vida de sociedades diferenciadas, a dominação dos corpos e do pensamento de populações originárias que desde muito antes do “Descobrimento”/“Chegada”/“Invasão” do mundo europeu já ocupavam/colonizavam estas terras.

A “colonização” foi/é um longo processo responsável por um verdadeiro “epistemicídio” provocado pela “vastíssima destruição de conhecimentos próprios dos povos causada pelo colonialismo europeu” (SANTOS, 2010, p. 8), que resultou, por um lado, em uma imensa perda de conhecimentos e na eliminação de muitas formas distintas de produção autônoma de conhecimento, e, por outro, na afirmação

no imaginário do mundo moderno do mito da superioridade epistemológica do pensamento europeu (OLIVEIRA NEVES, 2007a).

Um processo tão violento quanto sistemático, que faz da “colonialidade” a marca característica do pensamento latino-americano, tanto da América Latina indígena como daquela América Latina herdeira do pensamento colonial, que, nos termos de Guillermo Bonfil Batalla (1990), poderíamos chamar de “América profunda” e “América imaginária”.⁷

Uma colonialidade sempre presente, muitas vezes de modo subliminar, conformando o pensamento colonizado a partir do projeto colonizador. Pensamento colonizado, e mais grave, condenado pela força do colonialismo a se sentir inferior ao Norte, desenvolvido, erudito, educado, o Sul vê a si mesmo apenas como “terceiro mundo global do homem sem margens, chapinhador da história, véspera de si mesmo” (CORTÁZAR, 1972, p. 53).

Vítimas desse destino trágico, nós, latino-americanos, pensamos que pensamos “menos” porque o nosso pensamento é hoje resultado de um longo processo de colonização que resultou em um profundo sentimento de inferioridade, responsável pela colonialidade do nosso pensamento que por não mais pensar hoje como pensou em tempos ancestrais, pensa que pensa “menos” (OLIVEIRA NEVES, 2008).

Para a colonialidade só há lugar para dois tipos de índios: o índio civilizado, integrado, aculturado, submetido, institucionalizado, o índio negado, o índio que se nega a ser índio; e o “índio brabo”, aquele índio que insiste em ser índio, que resiste à colonialidade que lhe nega a possibilidade de existência diferenciada, e que, por isso mesmo é excluído da sociedade nacional, é inviabilizada a sua continuidade étnica em espaço multicultural, que é condenado à condição de reminiscência cultural folclorizada e exotizada, como testemunho histórico de um tempo civilizacional superado.

7 “O índio: a persistência da civilização mesoamericana que encarna hoje em povos definidos (os chamados comumente grupos indígenas), mas que se expressa também, de diversas maneiras, em outros âmbitos, majoritários da sociedade nacional que forma, junto com aqueles, o que aqui chamo o México profundo” (BONFIL BATALLA, 1990: 9). “A história recente do México, a dos últimos 500 anos, é a história do enfrentamento permanente entre quem pretende atrelar o país no projeto da civilização ocidental e quem resiste apegado em formas de vida de estirpe mesoamericana. O primeiro projeto chegou com os invasores europeus mas não foi abandonado com a independência: os novos grupos que tomaram o poder [...] nunca renunciaram ao projeto ocidental. [...] A adoção desse projeto deu lugar a que se crie, dentro do conjunto da sociedade mexicana, um país minoritário que se organiza segundo normas, aspirações e propósitos da civilização ocidental que não são compartilhados (ou o são desde outra perspectiva) pelo resto da população nacional; a esse setor, que encarna e impulsiona o projeto dominante em nosso país, chamo aqui o México imaginário” (BONFIL BATALLA, 1990: 10).

Sendo o índio a um só tempo a antítese da modernidade e o símbolo da América primitiva, para a colonialidade só há lugar para essas duas Américas: a América europeizada que reflete no espelho distorcido da colonização a herança colonial e o saudosismo de uma Europa distante; e a América resistente que ao afirmar a sua originalidade é excluída do horizonte civilizacional da modernidade.

Sempre revigorada, a “colonialidade do poder” só abre aos povos indígenas a porta da assimilação, da aculturação, da desintegração, da dissolução étnica, da exclusão, da regulação, do aniquilamento, do epistemicídio. Portas da negação ou do desaparecimento, portas apenas de saída, nunca de acesso e convivência num mundo compartilhado.

Desde 1500, ser índio no Brasil e em todas as Américas continua a ser um ato de teimosia, de obstinação, de perseverança, de desafios e riscos constantes na luta sempre presente de afirmação de identidades étnicas no contexto preconceituoso e discriminatório da sociedade nacional monocultural para a qual “índio bom é índio morto”, como diz um ditado popular desavergonhadamente racista, para a qual a presença indígena é sinônimo de obstáculo ao desenvolvimento nacional e à constituição de uma sociedade “civilizada” e “moderna”.

Desconstruir a colonialidade

“É tempo de aprendermos a nos libertar do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida. É tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos” (QUIJANO, 2005, p. 274). Por muito tempo, por séculos, nós – índios e brancos – acreditamos não somente na superioridade do pensamento europeu/cristão/científico/moderno como também, e muito mais grave que isto, na ineficácia, na impropriedade, na não-qualificação e na não-validade dos pensamentos indígenas (OLIVEIRA NEVES, 2007b), muitos deles ainda hoje operando com toda a força, orientando a vida de muitos povos indígenas. Por isso mesmo é um erro supor que a América indígena está morta.

Em toda parte das Américas numerosas mobilizações, ações, programas e projetos de iniciativa dos próprios povos indígenas desencadearam o questionamento da colonialidade em todas as suas dimensões. Em uma clara e inquestionável demonstração de força, validade e vitalidade dos sofisticados sistemas de produção de pensamentos indígenas, as iniciativas étnicas de superação/desconstrução da colonialidade impulsionam a partir dos anos 1970 um vigoroso processo de reflexão crítica não apenas sobre o mundo das relações interétnicas como também da

necessidade do “mundo branco” refletir sobre si mesmo e sobre seus projetos, seus planos, seus objetivos e seus interesses como sociedade, ao mesmo tempo em que abrem aos povos indígenas a possibilidade concreta de ocuparem o cenário político e social latino-americano com suas presenças ativas, rompendo definitivamente com a visão de índio submetido e subalternizado construída pela modernidade eurocêntrica.

Falar do processo de colonialidade imposto nas Amazônias – e por extensão na América Latina – pela colonização hispânica e portuguesa é falar da necessidade de desconstruir a perspectiva colonial de produção do conhecimento, e, assim, questionar a colonialidade em todas as suas dimensões. E falar da necessidade de superação da perspectiva colonialista de produção do conhecimento, implica na necessidade de construção de redes e relacionamentos voltados para a superação de perspectivas teórico-conceituais e de orientações práticas ainda hoje reproduzidas não apenas pelos programas e ações de governo, mas, também, pelas instituições de pesquisa e ensino herdeiras na América Latina de concepções eurocêntricas que afirmam a distância entre o *nós* colonizado, no qual são jogados os índios e as populações tradicionais, e o *outro* colonizador, com o qual se identificam as elites nacionais, um *outro* “imaginário que tem o poder e se assume como o portador do único projeto nacional válido” (BONFIL BATALLA, 1990, p. 244), “irreal, dominante, mas sem raiz, carne nem sangue” (BONFIL BATALLA, 1990, p. II).

Como atores políticos comprometidos com o destino da Amazônia, e da América Latina, e de suas populações, é necessário romper com a postura confortável de intelectuais acadêmicos (que em si mesmo traz impregnado a arrogância do pensamento cientificista elitista), e não mais reproduzirmos a colonialidade do pensamento. Em termos da produção de conhecimentos, vale dizer que é chegado o momento de superar a conceitualização que estabelece o falso antagonismo entre conhecimento científico/saberes tradicionais⁸ que reafirma distâncias epistemológicas e impõe aos diferentes sistemas culturais de produção do conhecimento uma incomunicabilidade social historicamente construída pela colonização.

8 “Saberes tradicionais” como são vulgarmente chamados não apenas os conhecimentos indígenas, mas todos os conhecimentos populares.

Conclusão

Para a construção de um pensamento que supere a colonialidade, devemos olhar para os exemplos. E os exemplos que acenam para a desconstrução da colonialidade, os temos muitos, e muito próximos de nós mesmos. Desconstruir a colonialidade é apagar os muitos nomes da colonização e eliminar as muitas faces do colonialismo que ainda marcam o viver subalterno de uma enorme parte da população amazônica/latino-americana. E não permitir que eles – os muitos nomes da colonização e as muitas faces do colonialismo – voltem a ser manifestar sob outros nomes, em outras faces renovadas. Desconstruir a colonialidade é abandonar a arrogância do pensamento moderno plenipotente e começar a aprender com os povos indígenas e as populações tradicionais que há outras forma/outros ângulos de ver o mundo e os fenômenos sociais e naturais que dão sentido aos diferentes mundos e modos de ser.

Aprender com os indígenas e com os movimentos sociais, inclusive ao nível da nossa organização como cientistas sociais e de nossas Ciências Sociais, para que não mais continuemos cada um de nós a pensar apenas em nós mesmos, para que não mais sigamos de costas hispânicos e brasileiros, para não mais continuarem de costas as nossas Ciências Sociais, nós e nossas Ciências Sociais, olhando, a partir de um olhar eurocêntrico imposto pela colonialidade de nossos pensamentos (disciplinados pelos cânones de nossas disciplinas acadêmicas), os nossos mundos divididos (América Latina/Amazônia, ou Andes/Amazônia) interpretados por uma Ciência Social distante, ainda que com boas intenções, ainda que tendo abdicado de suas práticas coloniais, mas que continua ver as Amazônias e as Américas a partir da visão da Europa e/ou da América do Norte.

Aprender com os indígenas e com os movimentos sociais parece ser o caminho mais direto capaz de reorientar as discussões sobre o exercício da investigação/intervenção social e sobre os desafios colocados à Antropologia, à Sociologia e à Ciência Política a favor da sua inserção crítica na realidade sócio-política amazônica-andina e latino-americana.

Aprender com os indígenas e com os movimentos sociais para a necessária construção de redes e relacionamentos entre nós, cientistas sociais, e os nossos fazeres acadêmicos e ativistas, fundamentais – o fazer ativista e acadêmico – para a superação da colonialidade responsável pela produção de um conhecimento social acanhado e de uma intervenção social envergonha que tristemente tem marcado muitas de nossas intuições e muitos de nós mesmos.

Referências

- BONFIL BATALLA, Guillermo. **México Profundo: Una civilización negada**. México: Grijalbo, 1990.
- CORTÁZAR, Julio. **Prosa do Observatório**. Lisboa: Quetzal Editores, 1972.
- DUSSEL, Enrique. **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- GALEANO, Eduardo. **Espelhos. Uma história quase universal**. Porto Alegre: L&PM, 2009.
- LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais, 2005, (p. 19-20).
- MIGNOLO, Walter D. **A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade**, in Edgardo Lander (Org.), **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais, 2005, (p. 71-103).
- NUNES, João Arriscado. **“Encontro de culturas na submissão do Outro”**. in **Notícias do Milênio**. Diário de Notícias, 08 de julho, 1999.
- OLIVEIRA NEVES, Lino João de. **La Colonialidad y la Historia de las Culturas/Pueblos de la Cuenca Amazónica (un acercamiento)**. Palestra proferida na Vídeo-conferência inaugural do 12 Congreso de Antropología em Colombia. Manaus, 16 de maio, 2007a.
- OLIVEIRA NEVES, Lino João de. **La Colonialidad y la Historia de las Culturas/Pueblos de la Cuenca Amazónica (un acercamiento critico)**. Comunicação apresentada no Simposio “La deconstrucción de la colonialidad: iniciativas indígenas y antropológicas”. Santafé de Bogotá, 10 a 14 de outubro, 2007b.
- OLIVEIRA NEVES, Lino João de. **Desconstrução da colonialidade: Iniciativas indígenas na Amazônia**. Comunicação apresentada na Sessão III “Interculturalidade e Pós-Colonialismos. É possível a Igualdade na Diferença?”, no Workshop Pré-Colóquio “Os jovens e os caminhos do futuro”, do Colóquio Caminhos do Futuro: Novos Mapas para as Ciências Sociais e Humanas”. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 18 de junho.
- OLIVEIRA NEVES, Lino João de. **Volta ao Começo: demarcação emancipatória de terras indígenas no Brasil**. Tese de doutoramento. Universidade de Coimbra, Portugal, 2013 (p.119-134).
- QUIJANO, Aníbal. **“Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”**, in Edgardo Lander (Org.), **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociais, 2005 (p.227-278).
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **“Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes”**, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 78, outubro, 2007a, (p. 3-46).
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **“Orador-ninguém”**, in Escrita INKZ. **Manifesto para uma arte incapaz**. Porto: Edições Afrontamento, 2007b, (p.220-245).
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **“A filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal”**, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 80, março, 2008, (p.11-43).
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Una epistemología del sur: la reinvencción del conocimiento y la emancipación social**. México: Siglo XXI; CLACSO, 2009.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Descolonizar el saber, reiventando el poder**. Montevideo: Ediciones Trilce-Extención, Universidad de la República, 2010.